

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 189 da 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 26 de novembro de 2009, com início às 14:20 horas, na Sala de Reuniões de Conselhos da SETP, à rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros: Sérgio Athayde Silva (SETP), Heitor Ângelo Scremin França (SEPL), David Claret Bueno (Sesa), Karl Udo Heinrichs (CGTB), Ildemar Gorges (Força Sindical), Ernane Garcia Ferreira (NCST) Priscila Fátima Caetano Lima (FIEP), João Francisco Zafaneli Cubas (Fecomércio), Francisco Macedo Machado (Fecomércio), Geasi Oliveira de Souza (Fetranspar), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC) do visitante Gunther Furtado (BRDE), do assessor técnico da SETP Edson Luiz Cruz (DGST), da Coordenadora da Qualificação Profissional (CQP) Elaine Ribeiro de Sousa Anderle, dos técnicos Luciene Pereira de Cristo Bracht(CQP) e Vladimir de França (CQP) realizou-se a 158ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo na pauta: a) Abertura; b) Aprovação da Ata anterior; c) Apresentação do relatório de empregabilidade do Planteq/2008 pela Coordenadoria de Qualificação Profissional; d) Informes Gerais.

(1)Abertura: Comunicando a ausência justificada dos conselheiros Carlos André Ferreira da Silva (CTB), José Moraes Neto (BRDE-AFPR) , Sandra Regina de Oliveira Garcia (SEED) e Candida de Carvalho Junqueira (SEED) , o Presidente, João Francisco Zafaneli Cubas deu por aberta a 158ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, acolhendo os conselheiros e demais presente.

(2)Aprovação da Ata anterior: foi aprovada, sem emendas, a Ata de nº 188, referente à 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

(3)Apresentação do relatório de empregabilidade do Planteq/2008 pela Coordenadoria de Qualificação Profissional: A Sra. Luciene Pereira de Cristo Bracht saudou os presentes e depois de longo debate e discussão, apresentou Planilha de dados com resultados da qualificação do ano de 2008. Apresentou análise dos resultados de empregabilidade dos educandos de qualificação referente ao público 1B (público de intermediação de mão de obra). Através desta análise foi possível observar o número de inscritos, encaminhados e aceitos em ocupação. Também esclareceu que em relação à economia solidária, os critérios adotados foram elaborados sob consulta da coordenadoria de Economia Solidaria as prioridades que seriam atendidas. Quanto à demanda dos Arranjos Produtivos Locais (APL), igualmente foi consultado a governança da APL, através da Secretaria de Planejamento estadual, que orientou a prioridade a ser atendida e qual o tipo de ação a ser desenvolvido. Luciene explicou que para se inscrever nos cursos de qualificação profissional, o candidato deve, obrigatoriamente, ter cadastro na Agência do trabalhador e que o ideal seria que a agência encaminhasse 100% da demanda, ou seja, além de qualificar seria necessário integrar outras áreas do sistema público de emprego para que a efetividade das ações aconteça. O Sr. Geasi disse: "é preciso fazer uma conscientização para que todos os qualificandos passem pela agência do trabalhador após o término do curso", citou o exemplo de Maringá onde muitas vezes o qualificando se emprega por outros meios e que os empregadores também abram as vagas pela agência do trabalhador. Questionado sobre a análise que é feita na agência do trabalhador, Elaine disse que é possível negociar com o empregador a questão de qualificação /experiência. João questionou porque as empresas de RH tem melhor aproveitamento e porque as empresas preferem pagar por um serviço que na agência teria gratuito. Elaine disse que o sistema publico é democrático e atende, sem distinção, a todos os tipos de públicos. Cruz, falou que muitas vezes, o publico está se qualificando na agência e não está se empregando através do sistema público de emprego. Roberto ressaltou que deveria ir atrás do treinando para ter dados precisos. Luciene citou que a análise das linhas da planilha caberia

ao sistema fazer porque são ações que o mesmo deveria verificar para se chegar ao máximo de eficácia. O mercado de trabalho é seletivo sendo encaminhado três pessoas para cada vaga e o restante pode até estar na informalidade, mas não cabe ao setor de qualificação fiscalizar. Elaine diz que o levantamento pode ser falho mas existe a preocupação de se levantar um mecanismo que realmente dê respaldo a dados mais consistentes. Elaine distribuiu relatórios de cada regional contendo levantamento existente no estado, o mesmo foi feito através de uma solicitação do secretário e cada município respondeu as suas necessidades, essas por sua vez, foram questionadas pelos membros do conselho, citou-se o caso do curso na área de panificação, onde foi formado 25 pessoas para uma cidade que possui no máximo 3 padarias para absorver a demanda dos qualificandos. A Coordenadoria de Qualificação Profissional explicou aos membros da mesa que é o Conselho Municipal do Trabalho que determina a demanda e as necessidades do município. Sérgio sugeriu ao Conselho Estadual do Trabalho retornar às experiências de ir ao interior e participar das discussões de cada região, além de fazer diagnósticos das necessidades na área de qualificação. Priscila sugeriu que o Conselho Estadual do Trabalho fizesse resoluções para que os Conselhos Municipais do Trabalho pudessem direcionar a demanda correta do município. Edson Cruz vê como desafio ao conselho a normatização do processo de definição de prioridades para os Conselhos Municipais quanto a qualificação profissional. Perguntada pela conselheira Priscila sobre quem define as metas colocação dos processos de qualificação, Luciene respondeu que é o Ministério do Trabalho que define a meta de 20% de inserção no mercado de trabalho após o término dos cursos de qualificação. Roberto perguntou da possibilidade de fazer um cruzamento de dados entre a demanda de vagas disponíveis na agência e a demanda dos cursos de qualificação. Luciene respondeu: "não basta fazer política de qualificação, há de se pensar no macro e ter foco em todas as políticas para detectar as prioridades não só no mercado formal de trabalho, é necessário fazer fortalecimento da rede de emprego e a legitimação e legalidade dos conselhos municipais que são os órgãos que demandam qualificação e demandam as políticas públicas que são os controladores dos recursos aplicados no município". A Planilha do PlanSeQ/2008 foi APROVADA, condicionada ao cruzamento das demandas de vagas existentes na Agência do Trabalhador com as demandas da Qualificação Profissional, ou seja, será feito um levantamento de cursos/vaga por ações ofertadas. A Coordenadoria de Qualificação Profissional comprometeu-se em fazer acompanhamento por município nos meses de janeiro e abril. Farão uma análise de atingimento das metas no mês de julho de 2009, pois, o prazo de inserção no mercado de trabalho é de noventa dias após terminos dos cursos.

(4) Informes Gerais: O presidente João Cubas informou aos presentes que não conseguiu agendar reunião com o secretário Nelson Garcia para tratar sobre questões do Observatório do Trabalho. O Conselheiro Sérgio Athayde sugeriu um encontro ou uma Conferência sobre Economia Solidária que discutiria três assuntos: 1-avaliação da economia solidária, 2- questões e propostas teóricas e 3- propostas concretas sobre economia solidária.

Nada mais havendo, o Presidente, João Francisco Zafaneli Cubas, deu por encerrada a 158ª Reunião Ordinária do CET, da qual, eu, Sandra Cristina Barbosa, lavei a presente Ata.

Curitiba, 02 de Dezembro de 2009